

TRAJETÓRIA DE MULHERES NEGRAS: VIDA ESCOLAR E PROFISSÃO

LEITE, Carmen Cinira Siqueira - UFMT

GT: Afro-brasileiros e Educação / n.21

Agência Financiadora: Não contou com financiamento.

Durante o período colonial brasileiro uma série de múltiplos fatores cristalizou-se, conferindo a mulher uma situação específica na sociedade que então se formava.

O rico período de entrecruzamento de etnias diversas, os diálogos entre visões de mundo diferentes, costumes, hábitos e crenças marcados pela austeridade fecundaram a condição feminina que então se organizava. Da mulher indígena herdava-se nesse momento, o espólio de tradições que ela detinha na estrutura tribal. A mulher branca contribuiu com modos de viver e morrer importados com a imigração de Portugal, modos estes muitas vezes, também trazidos de outras terras, reelaboradas na metrópole e transportadas para o Brasil.

As sociedades africanas do tipo sudanês e banto, de onde saiu grande parte do tráfico negreiro legaram a vida colonial comportamento e mentalidades característica do espaço que a mulher ocupava em seu interior.

Alem dessas heranças, considero importante salientar que a condição feminina fabricava-se então marcada pelo caráter exploratório da empresa portuguesa no Brasil, do século XVI ao XVIII. O modelo escravista de exportação vincava as relações gênero. Alem dele, a tradição andro científica da cultura ibérica e os objetivos da empreitada colonial estimulavam os homens – padres, governantes, cientistas - a estabelecerem um papel identificado com o esforço de colonização para todas as mulheres indiscriminadamente.

Este papel deveria refletir a participação feminina na conquista ultramarina, mas também a sua atividade na defesa do catolicismo contra a difusão da reforma protestante.

Mas ainda, havia que espelhar a presença feminina na consolidação de um projeto demográfico que preenchesse os vazios da terra recém-descoberta.

Historia de mulheres, esta é igualmente uma história de complementaridade, na qual as mulheres revelaram as estratégias informais com que participaram na empresa de colonização. Resistência ou renúncia, fervor e potência mediaram a relação das populações femininas com a igreja ou com os desígnios do Estado português, explicitando-se em práticas sócias, discursos literários ou reprodução do seu universo.

É importante salientar que parte do continente feminino, a quem tanto o Estado quanto à igreja ultramarina se dirigiram, recomendando que se casasse e constituísse famílias, chegava aos homens pelo caminho da exploração ou escravidão, acentuando, assim nas suas desigualdade, as relações de gênero. Tais diferenças foram importantes na constituição de papéis femininos e serviram para a fabricação de estereótipos bastante utilizados pela sociedade colonial e mais tarde incorporadas pela historiografia. As marcas desse penoso caminho feito de preconceito e estigmas sociais tanto se refletiam nas relações entre os sexos, quanto acentuavam as diferenças entre as próprias mulheres.

O território do feminino no Brasil colônia, sempre esteve longe de ser um quadro de serenidade e mesmice, e mostrou ser ele também ao longo do período colonial, borbulhante de conflitos, diferenças e complementaridades.

Será, portanto a partir da luz deste múltiplo caráter, das marcas da escravagismo e, sobretudo do projeto normatizador da metrópole, que abordarei a condição feminina focalizando o difícil processo de escolarização da mulher, especificamente a mulher negra tendo como dados atuais sua presença na instituição escolar, com um grupo de alunas negras da UPC- Universidade popular comunitária – Campus Hebert de Souza.

O projeto da Universidade popular comunitária tem o propósito de ser um espaço de possibilidades educativas para jovens e adultas, onde algumas referências do âmbito da história de vida do educando tais como seus sonhos, desejos, habilidades, necessidades e outras potencialidades passam a ser elementos essenciais na construção do saber e formação da consciência de sujeitos autônomos.

Pretendo neste trabalho investigar o tema proposto a partir de um recorte escolar sem contudo, perder de vista os vínculos com as vivências e outros espaços sociais em que o educativo acontece.

Todos sabemos que a educação é um direito social. E colocar a educação no campo dos direitos é reconhecer o direito a diferença e enfrentar o desafio de implementar políticas públicas e práticas pedagógicas que superem as desigualdades sociais e raciais. O Brasil é uma imensa nação cujas características principais não se reduzem às desigualdades socioeconômica. É um país marcada também pela diversidade cultural e racial. Dessa forma, as práticas e políticas educacionais voltadas para os setores populares não podem desconsiderar a interferência das diferenças étnicas e raciais nas condições de vida e na trajetória do povo brasileiro.

Nos últimos anos, alguns pesquisadores, Munanga (2000), Nogueira (1985) tem mostrado que o acesso e permanência na escola variam de acordo com a raça/etnia da população. E ao analisar o acesso e a vida escolar de alunos negros e brancos algumas pesquisas têm concluído que as trajetórias dos (as) alunos (as) negros(a) apresentam-se bem mais acidentadas do que as dos (as) alunos (as) brancos (as). O índice de reprovação nas escolas públicas também demonstra que há uma estreita relação entre a educação escolar e as desigualdades raciais na sociedade brasileira. O aprofundamento dessas questões aponta para a necessidade de repensar a estrutura, os currículos, os tempos e os espaços escolares.

É preciso considerar que a estrutura rígida da escola brasileira encontra-se inadequada as diferentes trajetórias e história de vida da população negra e pobre deste país. Nesse caso, ao pensarmos a relação entre a estrutura escolar e as particularidades raciais da população brasileira, veremos, com mais clareza o quanto o seu caráter é excludente.

Mesmo diante de tantas particularidades, ser negro no Brasil possui um ponto comum que atravessa a trajetória de toda comunidade negra: o fato de ser um povo emerso em uma história de luta. A demanda por uma educação escolar de qualidade e democrática faz parte dessa história. A comunidade negra sempre lutou pelo direito de ter uma escola digna para seus filhos e filhas.

Sabemos que a escola privilegia um padrão de ensino, de aluno (a) e de professor (a) a ser seguido. Um padrão que incorpora uma noção de homem, de mulher, de sujeito social. Um

padrão que geralmente é a representação de uma determinada cidadania raça e realidade social e de classe. Um olhar, mas atento sobre a realidade escolar nos mostrará que a nossa escola ainda prima por um padrão branco, masculino heterossexual e jovem.

Ao longo da nossa formação histórica, marcada pela colonização, escravidão e autoritarismo, o imaginário social construído sobre os negros não foi o mais positivo. Esse imaginário possibilitou a incorporação de teorias raciais repletas de um suposto cientificismo que durante muito tempo atestaram a inferioridade do negro, a degenerescência do mestiço, o ideal do branqueamento, a primitividade da cultura negra e o mito da democracia racial.

Gilberto Freire foi um dos pioneiros desse “mito da democracia racial ” apregoando que existia no Brasil a igualdade de oportunidades para brancos, negros e mestiços. A disseminação desse mito permitiu esconder as desigualdades raciais, que eram constatadas nas praticas discriminatórias de acesso ao emprego, nas dificuldades de mobilidade social da população negra, que ocupou e ocupa até hoje os piores lugares na estrutura social, que frequênta as piores escolas e que recebe remuneração inferior á do branco pelo mesmo trabalho e tendo a mesma qualificação profissional . A falta de conflitos étnicos não caracteriza ausência de discriminação, muito pelo contrario, o silencio favorece o “Status quo”que, por sua vez, beneficia a classe dominante.

Essa problemática acarretou discussões que geraram financiamento a um grupo de pesquisadores de diversos estados do Brasil reunidos na USP, com o objetivo de detectar a existência do racismo na sociedade brasileira. Dentre os pesquisadores encontramos Hasembaig (1967), Azevedo (1996, 1970), Roger Bastide (1973, 1978) F. Fernandes (1968, 1978), Skidmore (1974) e outros.

Alguns destes, através dos dados do censo demográfico sobre raça e força de trabalho, tabulados no devido contexto histórico, concluem a existência da grande desigualdade social entre os negros e brancos na sociedade brasileira em diversos estados.

Lilia Moritz (1996) pondera que o mito da democracia racial contem distorções na igualdade absoluta que anuncia, mas possui verdades parciais ao indicar uma singularidade no relacionamento entre raças. “*A discriminação se dá na intimidade e no cotidiano, nos elevadores,*

posto de saúde , lazer, na educação e no trabalho, nos espaços formais, ela pouco se afirma e é reprimida por lei.”

Essas teorias e concepções ainda estão presentes na atualidade e continuam exercendo força ideológica não apenas entre a comunidade branca mas entre parcelas significativas da comunidade negra. Elas se alimentam e terminam por legitimar o racismo presente no imaginário social e na prática brasileira. A superação de tais teorias, hoje na sociedade brasileira deve, e muito, a luta da comunidade negra no seu cotidiano e nas mais diferentes formas de organização política.

O apelo à homogeneização ainda é muito forte no Brasil, apesar da apologia da miscigenação racial, Mesmo que a mídia e a própria escola utilizem a miscigenação como um forte argumento no seu discurso sobre as relações culturais, a idéia de um país racial e culturalmente miscigenado ainda é para as elites brasileira e para uma grande parcela da população, motivo de medo ou de desprezo.

No Brasil ser negro é tornar – se negro. O conhecimento dessas questões poderá nos ajudar a superar o medo e/ou desprezo às diferenças raciais ainda presente na escola e na sociedade. Entender essa complexidade é uma tarefa dos(as) profissionais da educação.

É tarefa de uma escola que ser cidadã, democrática e, por isso mesmo não pode deixar de incluir a questão racial no seu currículo e na sua prática.

E por ultimo, pensar em alguns caminhos que nos ajudem a propor uma educação democrática que inclua a raça significa garantir na prática escolar, o principio constitucional da proibição do racismo no interior da escola que vão desde a escolha do professor ao tratamento dado aos pais/ mães e aos alunos (as) negros (as) demanda rever as enunciações sobre o negro na escola, ouvir o\as vozes e os silêncios sobre a questão racial no cotidiano da escola.

Mas a existência do texto legal só se transformará em direito para toda comunidade escolar na medida em que a escola construa em seu interior práticas concretas e inclusivas que não discriminem e nem excluam nenhum grupo social, cultural, étnico e religioso, principalmente aqueles que já trazem consigo uma história de exclusão e discriminação como o povo negro.

BIBLIOGRAFIA

FERNANDES, Florestan. A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada. Ensaios de sociologia geral e aplicada, São Paulo: Ed. Pioneira

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870- 1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993

HASENBALG, Carlos. O negro nas vésperas do centenário. Estudos Afro Asiáticos.

CEEA, RJ. 1978.

MUNANGA, Kabengele. Negritude – Usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1986

_____ Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, Vozes, 1999.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 19ª ed., São Paulo: Cortez, 1993.

CECEG, Caderno – Centro Nacional de Cidadania Negra: Direitos humanos. Negro e Educação. Uberaba/ Minas Gerais., 2003.

DEL PIORE, Mary. Ao sul do corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. RJ: José Olímpio, Brasília: DF: Edunb, 1993.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. 23ª ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.